

EVASÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: O ESTADO DA ARTE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2024

DROPOUT IN FEDERAL UNIVERSITIES: THE STATE OF THE ART OF ARTICLES PUBLISHED IN BRAZIL BETWEEN 2015 AND 2024

André Leite Silva¹
Enéias Andrade Rocha Roque²
Marcleide Maria Macêdo Pederneiras³

Resumo: A evasão é um fenômeno multifatorial e complexo que impacta os processos formativos em seus diversos níveis. Com a expansão do ensino superior no Brasil, essa temática ganhou bastante relevância no âmbito acadêmico, passando a ser objeto de diversas pesquisas. Nesse trabalho, objetivou-se realizar um levantamento dos artigos científicos produzidos no Brasil sobre a evasão nas universidades federais ao longo do decênio 2015-2024, buscando-se identificar suas principais tendências e lacunas. Essa pesquisa bibliográfica foi realizada na base de dados do Periódicos Capes. Dos principais achados pode-se destacar que praticamente metade dos estudos analisados, abordam a temática da evasão com enfoque nas suas causas, determinantes e condicionantes. Entre as lacunas, pode-se destacar a escassez de estudos dos impactos da pandemia do Covid-19 sobre a evasão; estudos que indiquem os impactos da evasão sobre o orçamento dessas instituições de ensino superior, entre outros.

Palavras-Chave: Evasão; Ensino Superior; Universidades Federais.

Abstract: Dropout is a multifactorial and complex phenomenon that impacts formative processes at various levels. With the expansion of college education in Brazil, the evasion theme has gained relevance among the academic ambit, becoming the research object for many studies. The objective of this study was to conduct a survey of scientific articles produced in Brazil on dropout in federal universities over the decade 2015-2024, aiming to identify its main trends and gaps. This bibliographic research was conducted using the Periódicos Capes database. Among the main findings, it can be highlighted that nearly half of the studies analyzed address the theme of dropout, focusing on its causes, determinants, and conditioning factors. Among the gaps, it is worth noting the scarcity of studies on the impacts of the Covid-19 pandemic on dropout; studies indicating the impact of dropout on the budgets of these higher education institutions, among others.

Keywords: Dropout; Higher Education; Federal Universities.

1 INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, acabou promovendo um processo de reforma no ensino superior no Brasil, que foi determinante para o início da expansão desse ensino a partir do fim dos anos 1990, protagonizado pela rede privada. Para se ter uma noção da dimensão desse crescimento, no período de 1996 a 2004, o número de IESs privadas no país saltou de 711 para 1.789 unidades, ou seja, um aumento superior a 100% (Viecelli; Trevisol;

¹Graduado em Química (Licenciatura) pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestrando em Administração Pública pelo PROFIAP/UFCG. E-mail: alsspf83@gmail.com;

²Mestrando no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP/UFCG). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Possui Especialização MBA em Gestão Pública pela Universidade Pitágoras Unopar. É Assistente em Administração na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: eneiasrocha@gmail.com;

³Pós-Doutora na área de Contabilidade na Universidade do Minho-Portugal na Escola de Economia e Gestão-EEG. Doutora em Administração pelo PROPAD/UFPE. Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Graduação em Ciências Contábeis - Unipê Centro Universitário de João Pessoa. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. É professora permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede PROFIAP/UFCG/CCJS. E-mail: marcleide@gmail.com.

Trevisol, 2009). Esse processo expansionista na educação superior nacional também se deu em razão do crescimento de IESs públicas, mais notadamente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007.

Nesse contexto de crescimento do ensino superior brasileiro, o tema da evasão passou a ganhar cada vez mais destaque, sendo o foco de diversas pesquisas nesse nível educacional (Prestes; Fialho, 2018), que objetivam apontar suas causas e propor ações que minimizem esse problema (Silva; Pereira, 2021), o qual gera prejuízos aos indivíduos, às instituições e a toda sociedade (Prestes; Fialho, 2018).

Lobo (2012) afirma que os danos causados pela evasão afetam alunos, professores, instituições de ensino, sistema educacional e a sociedade como um todo, representado assim perda social, de recursos e de tempo para todos esses envolvidos.

A evasão é um fenômeno de extrema complexidade que pode ser gerado por múltiplas causas vinculadas a fatores sociais, econômicos, políticos, pedagógicos, institucionais e individuais (Jezine Et. Al, 2021; Prestes; Fialho, 2018).

Diante do exposto, constitui-se tarefa relevante, buscar compreender como tem se desenvolvido os trabalhos acerca desse fenômeno no ensino superior público aqui no Brasil. Logo, o presente artigo tem como objetivo principal, realizar um levantamento dos artigos científicos publicados em âmbito nacional sobre a evasão nas universidades federais brasileiras, no período de 2015 a 2024, analisando as principais tendências e lacunas nesses trabalhos.

Esses tipos de pesquisa de levantamento denominada de “estado da arte” “são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar [...]” (Ferreira, 2002, p.258).

2 METODOLOGIA

Para o levantamento dos dados que subsidiaram os apontamentos que serão realizados a seguir, optou-se por utilizar como base de pesquisa a Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por possuir ferramentas integradas de acesso a um ampliado banco de dados nacional e internacional, além de ser uma base reconhecida e legitimada por pesquisadores em todo o País.

A coleta dos dados se deu entre os dias 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) do mês de novembro de 2024, por meio da pesquisa avançada, utilizando-se os seguintes descritores: Evasão, Ensino Superior, Universidade Federal.

Ademais, os resultados foram expandidos usando-se os seguintes filtros: acesso aberto, ano de publicação de 2015 a 2024, produção nacional e idioma português. Com relação aos tipos de publicação, foram analisados artigos científicos.

Buscou-se mapear os dados por: relação com a temática, se direta ou indireta; objeto da pesquisa, buscando-se identificar qual o foco dos estudos, tendências e lacunas do debate sobre a temática; Ano de publicação, no intuito de observar se houve impacto do período pandêmico nas produções; Tipo de pesquisa quanto à fonte dos dados coletados, identificando se os(as) pesquisadores(as) captaram seus dados a partir de fontes primárias, dos sujeitos e instituições envolvidos no processo da evasão.

A organização e captação dos dados foi realizada a partir da construção de tabela em planilha do Excel, inicialmente a partir da leitura dos títulos dos artigos e na sequência, da leitura dos resumos, dos quais alguns foram lidos em parte mais ampliada do texto, em razão da imprecisão e/ou ausência de informações no resumo.

A partir do levantamento dos dados, conforme as categorias elencadas, procedeu-se, especificamente, a categorização dos objetos de estudo dos trabalhos, além da classificação dos demais marcadores selecionados, os quais serão apresentados nos resultados que se seguem.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da segunda metade dos anos 1990, inicia-se no Brasil um processo de expansão no ensino superior protagonizado pelo setor privado, em razão sobretudo da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que acabou desencadeando uma reformulação do sistema de educação superior brasileiro (Viecelli; Trevisol; Trevisol, 2009).

Esse movimento expansionista prossegue e intensifica-se nos anos 2000, com a instituição do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), fundamentais para a continuidade dessa etapa de crescimento do ensino superior privado. Ambos os programas deram início a um processo de democratização do acesso a esse nível educacional no Brasil (Costa; Dias, 2015), historicamente marcado pela elitização.

No bojo dessas transformações voltadas à inclusão das camadas sociais mais populares na educação superior, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mediante o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que promoveu um incremento no número dessas universidades e de campus nas unidades já existentes, e por conseguinte ampliou e interiorizou significativamente o número de cursos e vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (Paula, 2017).

De acordo com Diogo et.al (2016, p.129), “o Reuni é um dos primeiros programas governamentais que, especificamente, busca combater a evasão escolar por intermédio da implementação de apoio pedagógico aos estudantes de graduação nas IES federais.”

Em complemento ao Reuni, também foi aprovada a Lei nº 12.711, de 29/08/2012 (Lei de Cotas), que reserva cinquenta por cento (50%) das vagas nos cursos de graduação das referidas IFES, para estudantes egressos da escola pública no ensino médio, priorizando assim pessoas de baixa renda e de segmentos desfavorecidos socialmente, como a população Negra, a qual é maioria no país (Paula, 2017; Freitas e Silva; Sampaio, 2022). Outros grupos historicamente excluídos, também foram inseridos na lei de cotas, a partir de alterações na referida legislação; em 2016 (Lei nº 13.409) para incluir reserva de vagas a pessoas com deficiência (PcD) e mais recentemente em 2023 (Lei nº 14.723), com a destinação de um percentual de vagas a estudantes quilombolas.

Às supracitadas políticas que facilitaram o acesso de estudantes de baixa renda e de segmentos discriminados ao Ensino público superior nas IFES, foram acrescidas políticas visando a permanência desses estudantes nos cursos de graduação dessas instituições. Como exemplos dessa política, podem ser destacados o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Programa de Bolsa Permanência (Paula, 2017).

Segundo Freitas e Silva e Sampaio (2022), tanto a LDB quanto as normas que instituíram os Programas Reuni e PNAES, apresentam a redução dos índices de evasão, entre suas diretrizes.

Conforme Prestes e Fialho (2018), a evasão apresenta-se como um dos principais objetivos do Reuni e de outros instrumentos educativos, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE).

Em virtude desse processo de expansão do Ensino superior brasileiro, houve um aumento da ênfase à evasão, a qual apesar de não ser um fenômeno recente, tem sido foco de diversas pesquisas nesse nível de Ensino (Prestes; Fialho, 2018; Lima Júnior et .al, 2019; Silva; Pereira, 2021).

Embora seja um fenômeno internacional e relativamente antigo, os estudos envolvendo o tema evasão na educação superior nacional, iniciam-se somente na década de 1990 (Silva; Pereira, 2021; Saccara; França; Jacinto, 2019), dentre os quais destaca-se o relatório intitulado Diplomação,

Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas, o qual foi apresentado em Outubro de 1996 por uma Comissão Especial formada por vários docentes dessas instituições e nomeada pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto - SESU/MEC, que contou com a participação de quase noventa por cento (90%) das universidades federais do país (ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC,1996).

A referida Comissão definiu a evasão dos cursos de graduação (seu objeto de estudo), como sendo a saída definitiva do(a) estudante de seu curso de origem, sem concluí-lo (ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC,1996). De acordo com Prestes e Fialho (2018), essa compreensão de evasão baseia-se na definição de um importante teórico sobre o tema, Vicent Tinto.

Também houve por parte dessa Comissão a preocupação de caracterizar a evasão distinguindo-a em três tipos: (1) do curso, (2) da instituição e (3) do sistema.

Segundo Lima Júnior et.al. (2019), essa distinção é importante porque a evasão do curso, nem sempre representa evasão da instituição ou do sistema, podendo nesse caso ser considerada uma forma de mobilidade.

Lobo (2012, p.24) também destaca a relevância dessa diferenciação ao afirmar que “[...] ao estudar a evasão do ensino superior é preciso ter clareza e explicitar de qual evasão estamos falando, pois podemos citar alguns diferentes tipos a evasão do curso, a evasão da IES e a evasão do sistema, todas derivadas de diferentes cálculos da evasão dos alunos”.

Outras tipologias de evasão podem ser destacadas, como a voluntária (decisão do(a) estudante) e a involuntária (decisão da instituição). Ademais, esse fenômeno também pode ocorrer de forma imediata (no primeiro ano) ou tardia (Prestes; Fialho, 2018).

Conforme já dito, o tema evasão na educação superior foi ganhando destaque por aqui, com a produção de artigos, dissertações e teses, na medida em que foi ocorrendo o processo de expansão desse nível educacional.

Jezine et.al. (2021) aponta como possíveis razões para a invisibilização do problema da evasão antes desse período expansionista, um número baixo de cursos e de discentes de terceiro grau ou um perfil elitista desses estudantes.

A evasão é um fenômeno de extrema complexidade que pode ser gerado por múltiplas causas vinculadas a fatores sociais, econômicos, políticos, pedagógicos, institucionais e individuais (Jezine et. al, 2021; Prestes; Fialho, 2018).

Lobo (2012), a partir de seus estudos, apresenta uma relação de causas frequentes sobre a evasão, a saber: inadaptação ao estilo do ensino superior; imaturidade para escolha da profissão; formação básica deficiente; dificuldade financeira, de transporte, de alimentação; despreparo docente; limitação das políticas de financiamento estudantil; entre outras.

O fenômeno da evasão gera diversos problemas, aos estudantes na medida em que impede a possibilidade de sua ascensão social, como também às instituições, de forma econômica (perda orçamentária), organizacional (gerenciamento de professores, salas, laboratórios, dependem do quantitativo de estudantes) e acadêmica (Freitas e Silva; Sampaio, 2022). Nesse sentido, Prestes e Fialho (2018) afirmam que os prejuízos gerados pela evasão afetam além dos indivíduos e das instituições, toda a sociedade.

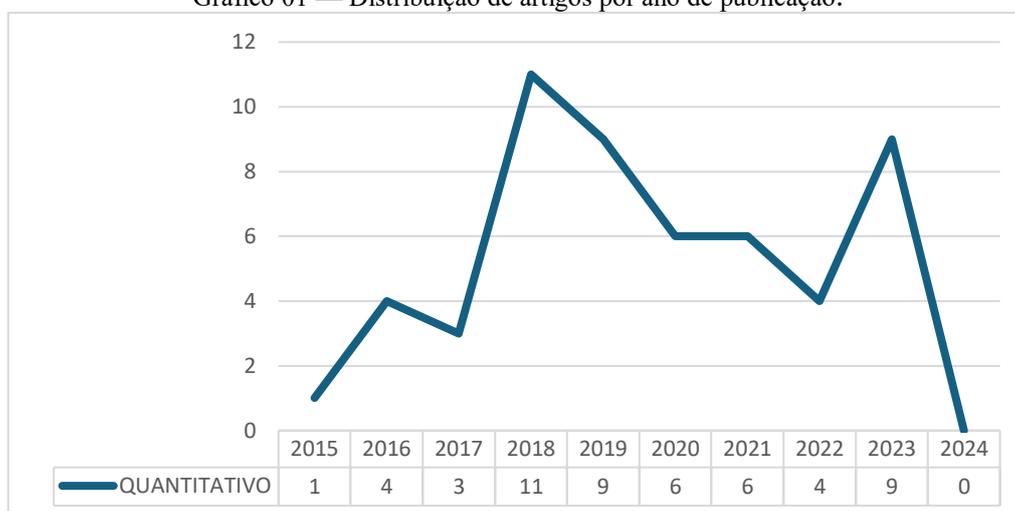
4 RESULTADOS

Aplicando-se os descritores e filtros apontados acima, foram encontrados ao todo 125 (cento e vinte e cinco) artigos publicados, dos quais 02 (dois) foram excluídos por estarem duplicados, estando um título em português e outra na língua inglesa, restando assim **123 (cento e vinte e três) artigos**.

Do ponto de vista do tipo de vinculação com o tema da evasão, já no título dos trabalhos foi possível identificar **69 (sessenta e nove) artigos** em que a temática evasão é descrita no título, sendo assim, objeto primário de discussão dos(as) autores(as) e dos 69, 15 (quinze) títulos foram excluídos por não se tratarem de estudos referentes à universidades federais e 01 (um) por ser na pós-graduação. Assim, após todas as exclusões restaram **53 (cinquenta e três) artigos** para análise.

Nesse sentido, quanto ao ano da pesquisa, o gráfico abaixo descreve o período de maior publicação desses trabalhos selecionados:

Gráfico 01 — Distribuição de artigos por ano de publicação.



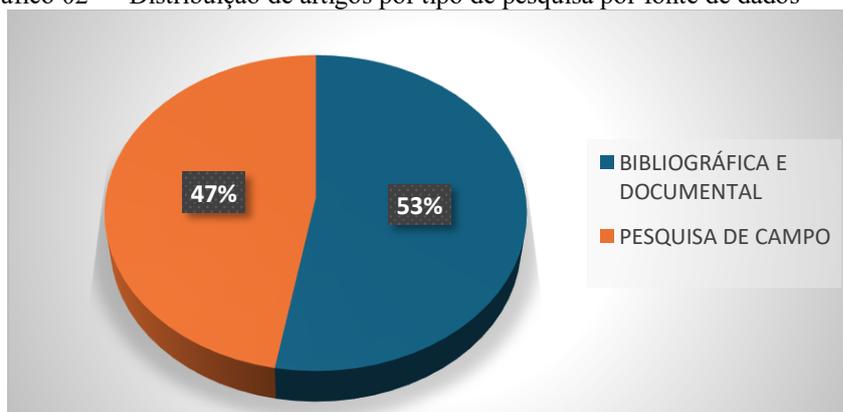
Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Conforme pode-se observar na dispersão registrada no gráfico, observa-se que os estudos sobre evasão nas universidades federais, no período em análise, tiveram maior expressão no ano de 2018, com curva descendente entre os anos de 2020 e 2022 e nova ascensão no ano de 2023.

Importante ainda registrar que, embora tenha sido usado o período 2015-2024 na busca avançada, não foi identificado nenhum artigo com data de publicação referente ao ano de 2024.

Quanto ao tipo de pesquisa, no tocante à fonte de coleta de dados, observou-se uma distribuição muito aproximada em termos percentuais entre as pesquisas que se utilizaram de fontes primárias, por meio de pesquisas de campo, com utilização de entrevistas aplicadas junto aos sujeitos participantes e, as pesquisas que se valeram de fontes secundárias, por meio de análises documentais e bibliográficas, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 02 — Distribuição de artigos por tipo de pesquisa por fonte de dados



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Nesse sentido, mesmo com percentuais aproximados, identificou-se que o maior número de pesquisas foram desenvolvidas por meio de fontes secundárias com 53% (cinquenta e três) do total, por meio da análise de dados disponibilizados em sistemas de controle acadêmico e/ou, documentos disponibilizados por Coordenações de cursos de graduação, além de documentos oficiais de caráter nacional.

Quanto ao objeto de análise dos trabalhos, elemento central desse levantamento, pôde-se identificar a partir da leitura dos resumos, um quadro variado e diverso de questões que circunscreveram e balizaram os estudos sobre a evasão durante o período em questão, conforme se pode observar no quadro que se segue:

Tabela 1 — Quadro descritivo dos principais objetos discutidos nos artigos

OBJETO	QUANTITATIVO
Relação com o turno de estudo	1
Relação com características institucionais	1
Relação com políticas afirmativas	1
Avaliação de proposta interventiva	1
Relação com políticas de acesso	1
Relação com variável gênero	1
Proposta metodológica de análise	2
Relação com o perfil do(a) estudante	2
Análise de padrões de propensão	2
Análise de índices/taxas	3
Relação com políticas de permanência	3
Problematização do conceito	4
Proposta metodológica de intervenção	5
Causas/condicionantes/determinantes/fatores associados	26
TOTAL	53

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

De acordo com o quadro, o foco principal de investigação dos trabalhos publicados em âmbito nacional tem sido investigar os elementos causadores do fenômeno da evasão, tendo sido encontrados 26 (vinte e seis) trabalhos publicados, que corresponde quase a metade dos trabalhos analisados. Agregou-se à categoria causa, as categorias: fatores associados, determinantes e condicionantes por estarem na mesma direção investigativa. A quantidade expressiva de estudos sobre as causas do fenômeno pode expressar a complexidade do fenômeno ante a diversidade e particularidades das Instituições, dos cursos e disciplinas e dos sujeitos envolvidos com suas realidades objetivas e subjetivas.

Destacam-se ainda, a apresentação de propostas metodológicas de intervenção para combate e/ou prevenção do fenômeno da evasão (04), a problematização sobre o conceito de evasão (04), as análises sobre a relação de políticas de permanência e seus impactos sobre as taxas de evasão e retenção, com destaque para os programas e ações vinculadas à Assistência estudantil (03).

Verificam-se ainda publicações voltadas aos estudos de índices e/ou taxas utilizados para parametrização de indicadores nas instituições, além do estudo sobre padrões que podem indicar a possibilidade e/ou ocorrência da evasão, de modo a impulsionar ações de prevenção.

Ainda foram identificados produção voltadas à identificação do perfil dos estudantes que evadem; da relação que a categoria gênero mantém com a evasão, assim como o estudo de características institucionais que podem impactar na ampliação ou diminuição de evadidos, assim como a relação de políticas de acesso à universidade.

Outro dado que chamou a atenção foi a ausência de publicações na Plataforma durante o de 2024 sem a identificação de nenhum estudo com essa marcação temporal.

A escassez de estudos sobre os impactos do período pandêmico sobre a evasão de estudante nas universidades públicas brasileiras também foi outra lacuna observada, apesar de passados 04 anos desse período que marcou, deleterianamente, a história mundial, aprofundando e ampliando desigualdades sociais e econômicas e potencializando visivelmente, problemas já em curso na realidade do ensino superior.

Também não foram identificadas produções sobre os impactos que a evasão provoca nos orçamentos das Instituições de ensino superior, uma temática com necessidade de análises e aprofundamento, dado que, as matrizes orçamentárias que garantem o funcionamento das IFES contam, para seu cálculo, com as taxas de evasão e retenção. Assim, fazem-se necessários estudos que apontem como essas taxas podem comprometer o funcionamento e o futuro das Instituições federais de ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, diante do levantamento realizado pode-se reforçar a importância que a problematização sobre a temática da evasão assume para o presente e para o futuro não apenas das universidades federais, como também das outras instituições de ensino superior no Brasil.

A evasão se apresenta como um fenômeno social de grande complexidade, com múltiplas e variadas causas vinculadas a fatores sociais, econômicos, políticos, pedagógicos, institucionais e individuais, que impactam a vida de indivíduos, de suas famílias e de toda a sociedade.

Nesse sentido, observa-se que apesar da quantidade significativa de estudos que vêm sendo produzidos no Brasil sobre a temática, a maioria voltada para a compreensão das causas e determinantes da evasão, ainda se observa a necessidade de discussões sobre algumas especificidades que envolvem a temática, como é o caso de estudos com enfoque nos impactos que esse fenômeno provoca sobre o orçamento das universidades; de estudos que apontem os impactos que a pandemia do Covid-19 provocou sobre a evasão, entre diversas outras possibilidades e necessidades de investigação.

A complexidade e amplitude que revestem a temática se expressam ao mesmo tempo em desafios, mas também em inúmeras possibilidades para pesquisadores e os demais sujeitos preocupados em conhecer e intervir sobre o problema da evasão.

REFERÊNCIAS

ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, V.9, N.17 e 18, p. 51-60 Janeiro-Junho e Agosto-Dezembro de 2015. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.38650>. Disponível em: [https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/38650/](https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/38650) Acesso em 26 out. de 2024.

DIOGO, Maria Fernanda et al. Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 21, n. 1, p. 125-151, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CbWjVPMR8XpjrK3dzTQzM/abstract/?lang=pt/> Acesso em 22 out. de 2024.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 79, p. 254-272, ago. 2002.

FREITAS E SILVA, Polyana Tenório de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Política de Permanência Estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 56(5), p. 603-631, set.-out. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTq9wdJZZ4PpwqFd/> Acesso em 28 out. de 2024.

JEZINE, Edineide; PRESTES, Emília Maria; PALMEIRA, Robson; DINIZ, Adriana. Permanecer ou evadir-se? Perfil e expectativas de alunos de cursos superiores da UFPB. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. Esp, p. 492–513, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp492-513. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12094>. Acesso em: 30 out. 2024.

LIMA JUNIOR, Paulo et al. Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 157-178, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/W5NdTy3HqkWyVcXhgWbvpxB/> Acesso em 22 out. de 2024.

LOBO, Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da evasão no ensino superior: aspectos gerais das causas e soluções. **ABMES Cadernos** 25, Brasília, p. 9-58, dez. 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/editora/detalhe/54/abmes-cadernos-25/> Acesso em 25 out. de 2024.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/KYs6H9L5YpppTCZHpHGd8SK/abstract/?lang=pt> Acesso em 23 out. de 2024.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; FIALHO, Marília Gabriella Duarte. Evasão na educação superior e gestão institucional: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Ensaio: aval.pol públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 869-889, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3yg5dbpbt6SWdKtpVZ8mNsv/abstract/?lang=pt> Acesso em 22 out. de 2024.

SACCARO, A., FRANÇA, M. T. A., & JACINTO, P. de A. Fatores associados à evasão no ensino superior brasileiro: um estudo de análise de sobrevivência para os cursos das áreas de Ciência, Matemática e Computação e de Engenharia, Produção e Construção em instituições públicas e privadas. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 49, n. 2, 337-373. <https://doi.org/10.1590/0101-41614925> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/125387/> Acesso em 30 out. de 2024.